

DOSSIÊ PLEBISCITO NA COLÔMBIA: A paz e a ruptura do consenso frente à guerra

Fonte: Rebellion.org – 22/10/2016 – Tradutor: Charles Rosa

Se sempre houve consenso na oligarquia colombiana para a guerra e a violência, por que existe agora um certo consenso para a paz? Apesar de um certo consenso pela paz, por que – não obstante – a oligarquia colombiana está dividida? Ao abrir a caixa de pandora da história, tentaremos responder a estas perguntas, a fim de trazer alguma luz à atual encruzilhada de paz.

Os conciliábulos da barbárie

Os paramilitares e as “Águias Negras” de hoje, são a “Chulavita” e as “aves” de ontem, essas hordas de bandidos contratados, criados e incentivados pelo bipartidarismo e pela oligarquia colombiana, em meados do século passado, durante os governos conservadores de Mariano Ospina Pérez e Laureano Gómez Castro: *“Os assassinos contratados”, diz um testemunho da época, “foram enviados às aldeias e municípios liberais e, ao grito de “Viva o Partido Conservador”, sacrificavam liberais indefesos. Então, os mesmos sujeitos, viajaram às aldeias e municípios conservadores para, ao grito de “Viva el Partido Liberal”, atacar a vida e a propriedade de cidadãos conservadores inocentes”* [2]. Embora a estratégia tenha sido sempre a de eliminar alternativas políticas opostas ao bipartidarismo tradicional, a violência sempre tem mostrado uma conotação bipartidária. *“Não é que o povo tenha dois partidos”, advertiu Jorge Eliécer Gaitán, “mas é que um partido está dividido em dois”.*

O assassinato de Gaitán em 9 de abril de 1948, foi não só o gatilho para a generalização da violência bipartidária contra

os movimentos políticos e sociais em oposição ao sistema, mas também a origem da insurgência guerrilheira contra o regime conservador de Mariano Ospina Pérez.

O golpe de Estado do general Gustavo Rojas Pinilla em 13 de junho de 1953, contra seu sucessor no poder, o governo conservador de Laureano Gómez, abriria as portas para a aparente reconciliação do país. Primeiro foi Guadalupe Salcedo, que em setembro de 1953, como comandante da guerrilha liberal das planícies, assinou a paz com o governo militar. Em troca, foi anistiado e depois, em fatos confusos, foi baleado em uma rua fria no sul de Bogotá. Os fatos confusos se repetiram, ceifando a vida de outros líderes guerrilheiros de Magdalena, Tolima, Huíla, Santanderes e das planícies do leste.

Traída pelo governo e pela liderança liberal, grande parte da insurgência se dedicou ao banditismo e o resto abraçou as ideias do comunismo.

O plebiscito de 1957, convocado para dar uma saída decente à ditadura e legitimar a Frente Nacional, também teve como objetivo garantir a impunidade das elites bipartidárias comprometidas com o assassinato de Gaitan e dos 300 mil mortos, que supostamente provocaram a violência. A concessão do direito de voto às mulheres e a promessa de paz entre os partidos serviram de pretexto para o estabelecimento de um regime de repressão social e de democracia restrita. Foi um acordo exclusivo, de modo que os partidos liberais e conservadores alternaram no poder a cada quatro anos, e os cargos públicos foram distribuídos em partes iguais. Desta forma, a porta foi fechada para outras alternativas políticas e foram estabelecidas as premissas que continuariam a alimentar o confronto.

O auge dos guerrilheiros no contexto da guerra fria e da revolução cubana de 1959, em vez de forçar uma abertura democrática do regime, empurrou-o para a guerra de contra-

insurreição com a interferência dos Estados Unidos. O bombardeio dos colonos de Marquetalia, ordenado pelo presidente Guillermo León Valencia, no contexto do plano “Laso” (operação de segurança latino-americana), e sob o pretexto de erradicar as “repúblicas independentes” do sul de Tolima, daria origem à criação, em 1964, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC. Mais tarde, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército de Libertação do Povo (EPL), entre outras organizações insurgentes, iriam ver a luz do dia.

Pedro Antonio Marín, mais conhecido como “tirofijo”, e sob o nome de Manuel Marulanda Vélez, conhecido sindicalista assassinado em Quindío, não tinha dúvidas, estava convencido de que diante da guerra bipartidária desencadeada contra o movimento camponês, a única alternativa para resolver os problemas da sociedade e do campo era a tomada do poder pelo povo através das armas.

Depois do plano “Laso”, das estratégias apostólicas do Pentágono norte-americano e do desejo do governo colombiano de erradicar a insurgência e a oposição ao sistema bipartidário, eles não voltariam atrás. Inicialmente era a “doutrina da segurança nacional”, depois o “plano condor”, depois o “plano Colômbia” e finalmente o “plano patriota”. Desde então, o país não saiu do labirinto negro da guerra contra a insurreição.

Esgotado em seus termos legais e econômicos, devido ao declínio da economia cafeeira, a Frente Nacional se perpetua através de alianças profanas com setores emergentes e não emergentes da economia nacional, particularmente com o tráfico de drogas, contrabando, pecuária, banana, mineração legal e ilegal, especialmente de ouro, carvão e esmeraldas. Mais recentemente, com os biocombustíveis e o cultivo da palma africana.

Enquanto a insurgência impunha um imposto sobre os cultivos ilícitos em suas áreas de influência, as elites políticas

estabeleceram alianças com as máfias do tráfico de drogas. O casamento da economia lícita com a economia ilícita lança as bases para uma nova aliança de amplos setores do sistema bipartidário colombiano e do Estado com o crime organizado. Desta forma, as premissas do paramilitarismo são estabelecidas. A tática fascista de tirar a água dos peixes inspirou esta nova onda de caça às bruxas e barbárie. A sede de terra dos traficantes de drogas, empresários e proprietários de terras, ligada às economias emergentes, encorajou todo esse holocausto. Aldeias inteiras, aldeias e milhares de pessoas do campo e da cidade, acusadas de colaborar com a guerrilha, ficaram desamparadas, massacradas ou desapareceram na bola vermelha da ofensiva paramilitar. O protesto social foi criminalizado e a guerra renovou as dimensões do horror.

Elites e máfias em conciliação com as forças de segurança do Estado, decidem exterminar as forças legais e ilegais de oposição ao estabelecimento. As tentativas de paz e reconciliação são afogadas em sangue: o genocídio do partido União Patriótica, os assassinatos de seus candidatos presidenciais, Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo Ossa, assim como José Antequera, Manuel Cepeda e o líder e candidato presidencial do M-19, Carlos Pizarro, são emblemáticos. Rodrigo Lara Bonilla, ministro da Justiça, Guillermo Cano Isaza, jornalista, Luis Carlos Galán Sarmiento, dissidente liberal, Álvaro Gómez Hurtado, ideólogo conservador, etc., também foram assassinados. Enquanto nos exércitos da esquerda marxista se consolidava a tática de combinar todas as formas de luta pela tomada do poder, os movimentos de oposição legal ao sistema, os movimentos indígenas, agrários, sindicais e estudantis, tornavam-se carne para canhão do conflito armado colombiano. Desta forma, a luta armada torna-se um obstáculo às transformações democráticas exigidas pelo país.

Em síntese, a extrema direita, em sua lógica de acumulação de riqueza através da acumulação de poder, expropriação de terras

e corrupção, e as guerrilhas na pretensão de poder através da luta armada, colocam a Colômbia em uma encruzilhada histórica. A degradação da guerra torna-se incontrolável. O conflito armado, num contexto de extrema pobreza e grande desigualdade social, torna-se insustentável.

A matemática não mente: 267.152 assassinatos, 87.000 desaparecidos, 7,3 milhões de deslocados, milhares mutilados ou sequestrados pelos diferentes atores do conflito: o Estado, a insurgência armada e os grupos narco-paramilitares. A Colômbia passou a ocupar o desonroso segundo lugar em deslocamentos forçados no mundo, depois da Síria.

A correlação entre a intensificação da violência e a acumulação de riqueza também se tornou escandalosa. Segundo o Banco Mundial, a Colômbia é “o quarto país mais desigual do mundo, depois da África do Sul, Haiti e Honduras” [3]: “20% da renda da Colômbia está nas mãos de 1% da população”[4], e “42,7% da terra produtiva do país está nas mãos de 1% dos proprietários rurais [5]. A guerra, claro, é um grande negócio. Não é preciso ser mágico para intuir de onde vem a rejeição da paz pelo plebiscito recente”.

A rutpura do consenso e a alternativa da paz

No contexto da globalização neoliberal, a paz torna-se condição *sine qua non* para o interesse das transnacionais, de seus homens de frente nacionais e do “império do livre mercado”. Um Estado cooptado pelo tráfico de droga e pela corrupção, no meio de uma crise estrutural e internacional do trabalho, agravada pela queda dos preços do petróleo e pela redução da ajuda militar dos EUA, não está em condições de resolver os problemas estruturais da sociedade e, ao mesmo tempo, sustentar uma guerra irregular de mais de meio século.

A observação de que o conflito armado indefinido não leva à proclamação de vencedores ou perdedores, mas sim a uma crise humanitária estrutural e generalizada, sugere uma solução

negociada para o conflito armado na Colômbia. A guerra, como meio de transformação política do país, também é questionada, tanto pelas elites que dirigem o establishment como pelas forças opositoras a ele.

Neste contexto, para relegitimar o Estado, a paz impõe a ruptura do consenso das elites diante da guerra, ou seja, a paz implica a ruptura da aliança anti-subversiva do Estado e do bipartidarismo tradicional com as máfias do narcotráfico e da corrupção. Essa Aliança foi a que tornou possível o projeto narco-paramilitar no país. Sem esta aliança, a tomada do poder por Alvaro Uribe Vélez não teria sido possível. É por isso que a extrema direita se sente traída. A rejeição da paz também semeia aí as suas raízes.

Muitos setores sociais e políticos, que fizeram da guerra e da fé o segredo da sua redenção económica, vêem a paz como uma ameaça aos privilégios conquistados e à impunidade pelos crimes cometidos. É por isso que a reforma agrária integral, que propõe, entre outras coisas, a concessão de terras aos camponeses sem terra e a restauração das terras despossuídas pelos paramilitares; a justiça de transição que impõe verdade, justiça e reparação às vítimas de todos os atores do conflito; e o capítulo sobre a participação política da insurgência, constituem o vaso de Llorente para os opositores dos acordos de paz de Havana.

A vitória do NÃO no plebiscito, com uma diferença de 0,5% em relação ao SIM, e uma abstenção de 64%, certamente deixou os acordos de paz alcançados em Havana no limbo.

É no quadro deste drama, da esperança e da manipulação do povo humilde, que “Cem anos de solidão” emerge como uma condenação, como um espelho, e ao mesmo tempo como uma revelação, da nossa amarga realidade: “Os habitantes de Macondo, García Márquez escreveu, como se evocassem os sentimentos mistos do plebiscito de 2 de outubro, estavam em permanente oscilação entre alegria e desencanto, dúvida e revelação, na medida em

que ninguém podia saber, com certeza, onde estavam os limites da realidade". Desta forma, Gabo, olhando para trás as suas memórias de infância, nada mais fez do que recordar o mito da caverna de Platão; Esta metáfora infernal dos homens ligados à escravidão e à penumbra, onde a realidade se confundia com a fantasia, e a paz com a superstição, onde os seres aos quais se anunciava a possibilidade de verdade, liberdade e esperança, a rejeitavam por medo de enfrentar a luz, e de se verem para sempre despojados do único patrimônio que tinham na escuridão da caverna: as suas correntes!